



ACÓRDÃO Nº1717/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12007/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Saúde da Criança do Amazonas – ICAM.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Alessandra dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.845/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do Voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade da Senhora **Alessandra dos Santos**, Diretora-Presidente do ICAM e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** à Senhora **Alessandra dos Santos**, Diretora-Presidente do ICAM e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades,



ACÓRDÃO Nº1717/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

em futuras prestações de contas:

10.3.1. Desatualização e/ou ausência do Portal da Transparência em desacordo com a Lei nº. 12. 527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência);

10.3.2. Ausência do Processo Licitatório, Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação e Contrato Administrativo, determinados nos artigos 2.º, 24 25, 26 e 60 da Lei n.º 8666/93;

10.3.3. Ausência de Parecer Jurídico que fundamentou essas despesas, em cumprimento ao artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93;

10.3.4. Ausência do Projeto Básico com o detalhamento do objeto, em cumprimento ao artigo 7º, inciso I da Lei nº 8.666/93;

10.3.5. Ausência de Pesquisa de preços no mercado, no mínimo de 3 propostas, em cumprimento ao artigo 40, § 2º, inciso II e artigo 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

10.3.6. Ausência de justificativas para demonstrar o que caracterizou a situação de urgência, em cumprimento ao artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.666/93;

10.3.7. Ausência de justificativas para a razão da escolha do fornecedor, em cumprimento ao artigo 26, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

10.3.8. Ausência do Termo de Ajuste de Contas, documento necessário para proceder a liquidação dos valores devidos, no qual deverá constar a descrição dos serviços, a atestação minuciosa dos serviços prestados, e a quitação sem ressalvas, pelo prestador dos serviços, em cumprimento ao artigo 63, § 2º, inciso I, da Lei nº 4320/64;

10.3.9. Ausência de Publicação do resumo do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial, em cumprimento ao princípio da publicidade, previsto no artigo 37, caput, da CF/1988, e no artigo 3º, caput, da Lei nº. 8.666/93;

10.3.10. Ausência de processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade de licitação determinada nos artigos 2º, 24, 25 e 26, todos da Lei nº 8.666/93, para compras e serviços da mesma natureza que poderiam ser realizados de uma só vez contrariando o artigo 24, inciso II, “in fine” do mesmo diploma legal;

10.3.11. Ausência de prévio empenho, contrariando o artigo 60 da Lei nº 4.320/67;

10.3.12. Ausência nos autos da lista de verificação, relatórios de acompanhamento ou outros controles que sinalizem o efetivo controle e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado, contrariando parágrafo 1º do artigo 67 da Lei 8.666/93;

10.3.13. Necessidade de ser evidenciado, anexando os processos administrativos de prorrogação dos ajustes, que todos os aditivos de



ACÓRDÃO Nº1717/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

contratos efetuados foram lastreados em pesquisa de preços capaz de evidenciar a vantajosidade para Administração Pública (artigo 30, §2º, da Instrução Normativa nº 02/2008 do Ministério do Planejamento);

10.3.14. Ausência de justificativas para o Empenho Parcial da despesa, contrariando o artigo 60 da Lei nº 4.320/64 e artigo 7º, § 2º, II e caput do artigo 38 da Lei nº 8.666/93;

10.3.15. Ausência de prévio empenho, contrariando o artigo 60 da Lei nº 4.320/1967.

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencida a proposta de voto do Relator pela Irregularidade da Prestação de Contas e Multa, a qual foi acompanhada pelo conselheiro Ari Moutinho.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Outubro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral